

## METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS COMUNIDADES RURAIS DE JOSÉ DA PENHA/RN

*Participatory methodology for strategic planning of the rural communities of  
José da Penha/RN*

*Metodología participativa para la planificación estragica de las comunidades  
rurales de José da Penha/RN*



**Stênio Maia ESTEVAM** – Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, RN, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9292-4507>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8827843495655271>  
EMAIL: [steniopinheiromaia@hotmail.com](mailto:steniopinheiromaia@hotmail.com)

**Alcimária Fernandes da SILVA** – Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professora da rede básica de ensino do Estado do Ceará, Jaguaribe, CE, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7525-1918>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4371114778904613>  
EMAIL: [alcimariafernandes@hotmail.com](mailto:alcimariafernandes@hotmail.com)

**Cícero Nilton Moreira da SILVA** – Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, RN, Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6773-7451>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3089186720597223>  
EMAIL: [ciceronilton@yahoo.com.br](mailto:ciceronilton@yahoo.com.br)

Histórico do artigo

Recebido: 01 julho, 2019  
Aceito: 12 agosto, 2019  
Publicado: 28 agosto, 2019

### RESUMO

Este trabalho se constitui em um estudo sobre o planejamento estratégico na agricultura familiar, com o objetivo de investigar as forças potencializadoras e as diferentes problemáticas que interferem no processo de desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades rurais do município de José da Penha/RN. Para tanto, a metodologia consistiu, inicialmente, na revisão da literatura, na qual buscou-se como suporte teórico os autores Bellen (2006), Buarque (2008), Mello (2007), Pedroso (2009), Silva (2006), entre outros. Ao compreender a importância da participação dos sujeitos sociais, para a identificação das potencialidades e das problemáticas em comunidades rurais de José da Penha/RN, foi realizado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), através de oficinas de trabalho com 22 sujeitos sociais, sendo esses representantes das instituições não-governamentais e do poder público local. Os dados foram organizados e sistematizados através do modelo das Fortalezas-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças (FOFA), onde foram apresentados os aspectos socioeconômicos e ambientais que estão diretamente relacionados ao processo de planejamento dessas comunidades do município. Os resultados obtidos mostraram que o processo de planejamento participativo é essencial para as tomadas de decisões da cidade. Por fim, foi construído o modelo socioeconômico e ambiental F-O-F-A, levando em consideração os resultados das

oficinas de trabalho. Desse modo, podemos perceber que existem muitos desafios para a agricultura familiar, e que a utilização dessas metodologias pode tornar-se um instrumento de planejamento para gestores de diferentes organizações, governamentais ou não, no município de José da Penha/RN, pensando em políticas de desenvolvimento rural pautadas na sustentabilidade local.

**Palavras-chave:** Planejamento Estratégico. Agricultura Familiar. José da Penha/RN.

### ABSTRACT

This work is a study on strategic planning in family agriculture, with the objective of investigating the potential forces and the different problems that interfere in the process of development of family agriculture in the rural communities of José da Penha-RN. To do so, the methodology consists, initially, in the literature review seeking the theoretical support in authors such as, Buarque (2008), Mello (2007), Pedroso (2009), Silva (2006), among others. In order to identify the potentialities and problems of the rural communities of José da Penha/RN, the Participatory Rapid Diagnosis (PRD) was carried out through workshops with 22 social subjects, representing the institutions non-governmental organizations and local public authorities. The data were organized and systematized through the Strengths-Opportunities-Weaknesses-Threats (SOWT) model, which presented the socioeconomic and environmental aspects that are directly related to the planning process of the rural communities in the municipality. The results obtained showed that the participatory planning process is essential for municipal decision-making. Finally, the socioeconomic and environmental model S-O-W-T was constructed, taking into account the results of the workshops. Thus, we can see that there are many challenges for family agriculture, and that the use of these methodologies can become a planning instrument for managers of different organizations, governmental or not, in the municipality of José da Penha/RN, thinking about policies of development based on local sustainability.

**Keywords:** Strategic planning. Family farming. José da Penha/RN.

### RESUMEN

Este trabajo se constituye en un estudio sobre la planificación estratégica en la agricultura familiar, con el objetivo de investigar las fuerzas potencializadoras y las diferentes problemáticas que interfieren en el proceso de desarrollo de la agricultura familiar en las comunidades rurales de José da Penha/RN. Para ello, la metodología consistió, inicialmente, en la revisión de literatura buscando el soporte teórico en autores como Bellen (2006), Buarque (2004), Mello (2007), Pedroso (2009), Silva (2006), entre otros. En el caso de las comunidades rurales de José da Penha/RN, se realizó el Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), a través de talleres de trabajo con 22 sujetos sociales, siendo estos representantes de las instituciones rurales no gubernamentales y del poder público local. Los datos fueron organizados y sistematizados a través del modelo de las Fortalezas-Oportunidades-Fraquezas-Amenazas (FOFA), donde se presentaron los aspectos socioeconómicos y ambientales que están directamente relacionados al proceso de planificación de las comunidades rurales del municipio. Los resultados obtenidos mostraron que el proceso de planificación participativa es esencial para las tomas de decisiones del municipio. Por último, se construyó el modelo socioeconómico y ambiental (F-O-F-A), teniendo en cuenta los resultados de los talleres de trabajo. De este modo, podemos percibir que existen muchos desafíos para la agricultura familiar, y que la utilización de esas metodologías puede convertirse en un instrumento de planificación para gestores de diferentes organizaciones, gubernamentales o no, en el municipio de José da Penha/RN, pensando en políticas de gestión desarrollo rural basadas en la sostenibilidad local.

**Palabras-clave:** Planificación Estratégica. Agricultura familiar. José da Penha/RN.

## 1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista os problemas ambientais que vêm se intensificando ao longo do tempo, a aliança entre agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental é de suma importância. Isso, porque o desenvolvimento desta atividade se constitui em uma das principais formas de interação do homem com o meio.

A agricultura familiar, ao contrário da agricultura patronal – que se volta para especialização em determinado produto –, responde pela diversificação. Dessa forma, os impactos provocados ao meio ambiente acabam sendo minimizados.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fazem algumas recomendações no que se refere ao desenvolvimento da agricultura sustentável. Dentre as recomendações, destaca-se a implementação de uma política científica e tecnológica em sistemas integrados de agricultura e pecuária, o incentivo à rotação de culturas, o controle integrado de pragas, a utilização de adubos orgânicos, a conservação do solo através de práticas culturais de cobertura verde e também a utilização de sistemas agroflorestais.

De acordo com Gliessman (2000), para realização de uma agricultura sustentável não deve haver efeitos negativos mínimos ao meio ambiente. Assim, deve ocorrer a prevenção à erosão do solo, o uso da água de forma a garantir a recarga dos aquíferos, bem como a garantia de igualdade de acesso às práticas e ao conhecimento de tecnologias agrícolas adequadas.

Para Almeida (2002), a ideia de desenvolvimento sustentável vem sendo difundida como meio para uma nova sociedade, capaz de assegurar, no presente e no futuro, a sobrevivência da humanidade e do meio ambiente. Porém, ressalta que a ideia presente, o conceito de desenvolvimento abriga várias visões de mundo, sendo que a maioria delas é unânime em aceitar que a noção de desenvolvimento está ligada à preservação ambiental.

Compreender o desenvolvimento sustentável (DS) no contexto da agricultura familiar exige, pois, que se considere, em igual grau de importância, o planejamento territorial, a diversidade produtiva, a preservação ambiental e cultural, as tecnologias apropriadas e demais elementos pertinentes ao bem-estar do ambiente e da sociedade. Assim sendo, o estudo do desenvolvimento sustentável na agricultura deve ancorar-se na percepção da relação intrínseca entre as diferentes variáveis econômicas, sociais e

ambientais, além das tecnologias e das culturas, e na valorização do saber da experiência dos agricultores.

Dessa maneira, pensar na proposta de desenvolvimento no Semiárido é, antes de tudo, pensar em práticas que incluam a ampliação da participação da comunidade no planejamento e no delineamento de políticas públicas. O Planejamento Estratégico (PE) torna-se um instrumento essencial na busca de mitigar os impactos sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, buscando um equilíbrio com vista a alcançar os objetivos comuns.

O PE obedece a várias etapas sequenciadas, interligadas e continuadas para que o mesmo seja eficaz e traga resultados satisfatórios. Buarque (2008, p. 43) afirma que são etapas do PE “[...] o conhecimento da realidade, a tomada de decisão, a execução do plano, o acompanhamento, o controle e a avaliação das ações”.

Para que o PE leve a um possível desenvolvimento no território é necessário o envolvimento de todos os sujeitos sociais em conjunto (governo, setor privado/empresas, sociedade civil organizada e a população), de modo que seja equitativo e atenda às necessidades coletivas, comuns a toda população, de acordo com as necessidades.

O PE pode ser realizado através de metodologias participativas com os sujeitos sociais, que são capazes de diagnosticar as potencialidades e as problemáticas locais. Segundo Buarque (2008, p. 46), o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), “é um instrumento utilizado para conhecer, avaliar e planejar ideias, problemas, oportunidades, obstáculos locais e desenvolvimento regional, entre outros”. O DRP utiliza, normalmente, oficinas de trabalho e procura, intencionalmente, juntar grupos sociais e técnicos, e assim estimular a capacidade crítica e analítica dos sujeitos sociais e da comunidade em torno da reflexão sobre a realidade e a vivência como cidadãos.

Com a realização do DRP, torna-se fundamental o uso de um modelo que categorize e organize as informações. Logo, adotar-se-á, como instrumento de investigação para esta pesquisa, o modelo metodológico das Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), que, segundo Buarque (2008), é um método que organiza as informações sobre os problemas e as potencialidades, servindo de mecanismo para uma melhor percepção dos fatores internos e externos que interferem no processo de DS.

Diante do contexto e dos aspectos apresentados, emergiu a seguinte inquietação: como discutir a viabilidade do modelo FOFA para se analisar as práticas de sustentabilidade da agricultura familiar em José da Penha/RN? E a partir disso e de todo o contexto apresentado, constitui objetivo geral deste trabalho investigar as forças potencializadoras e

as diferentes problemáticas que interferem no processo de desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades rurais de José da Penha/RN.

O interesse por esse estudo partiu pela proximidade dos pesquisadores pela discussão da sustentabilidade na agricultura familiar a partir de pesquisas recém-concluídas. Além de outros estudos voltados para o município de José da Penha/RN, na perspectiva de contribuir para o processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento em que a cidade objeto está inserida.

O presente estudo é pertinente no contexto da agricultura familiar, uma vez que pode se tornar um instrumento de planejamento para os gestores de diferentes organizações, governamentais ou não, no município de José da Penha/RN, visto que se pensa em políticas de desenvolvimento rural pautadas na sustentabilidade local. Além de servir como meio de inserir os agricultores na discussão sobre suas práticas agrícolas.

Ressalta-se ainda, a relevância deste trabalho de investigação na vertente acadêmica, pois, além de servir como objeto de estudo para as instituições de ensino, ele poderá servir de parâmetro para outras pesquisas que poderão ser desenvolvidas acerca desta temática.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Caracterização da área de estudo e sujeitos da pesquisa

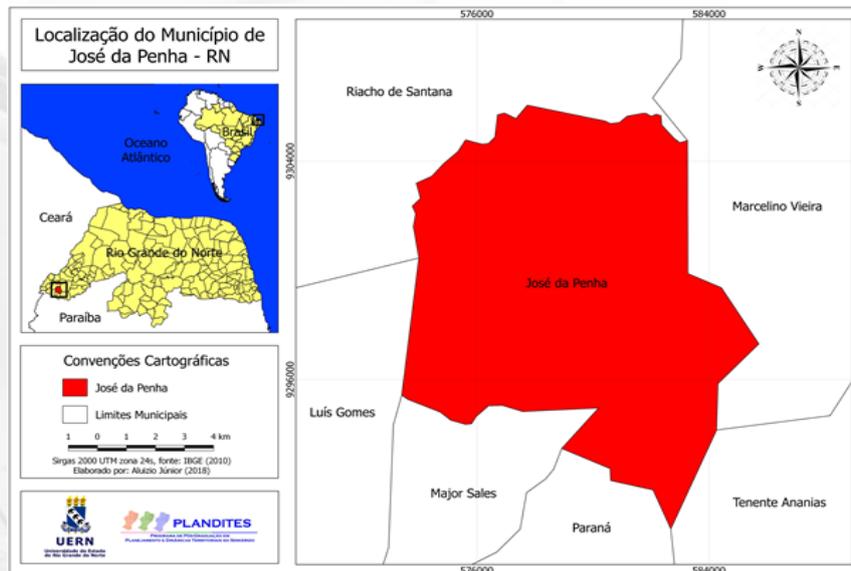
Este estudo foi desenvolvido na zona rural do município de José da Penha, distribuída em 34<sup>1</sup> comunidades, junto com os sujeitos sociais<sup>2</sup> que compõem esse espaço. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), José da Penha é um município do Estado do Rio Grande do Norte, localizado na mesorregião do Oeste Potiguar e na microrregião de Pau dos Ferros (Figura 01), limitando-se com os municípios de Riacho de Santana (Norte), Major Sales e Paraná (Sul), Marcelino Vieira (Leste) e Luís Gomes (Oeste). A sede tem uma altitude média de 264 e coordenadas 6° 10'

<sup>1</sup> Comunidades Rurais: Alto do Engenho, Ameixeira, Angicos, Arapuá, Baipendi, Baixa do Fogo, Baixa Grande, Barra do Catolé, Boa Vista, Boi Redondo, Caiçarinha, Capoeira Grande, Carnaubinha, Carro Quebrado, Catolezinho, Ema, Flechas, Gerimun, Lagoa da Onça, Letreiro, Marajó, Mata de Baixo, Mata de Cima, Mucambo, Palmeira, Papagaio, Paul, Pejuada de Baixo, Pejuaba de Cima, Pinica, Piolho, Santa Teresa, Santo Antônio e Vila Major Felipe.

<sup>2</sup> Atores Sociais: Representantes das associações, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (SINTRAF) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), e o Poder Público Local (através das secretarias de Educação; Saúde; Ação Social; Agricultura e Meio Ambiente; Educação e Cultura; Infraestrutura e Urbanismo).

00" de latitude sul e 38° 16' 53" de longitude oeste, distanciando-se 416 km da capital Natal, pela BR 405 (Figura 01).

**Figura 01** – Localização e Limites Geográficos do Município de José da Penha/RN



**Fonte:** Base Cartográfica, IBGE (2010), elaborado por Aluizio Junior (2018).

Esse município possui uma área territorial de 117,6 Km e uma população estimada em 5.868 habitantes, dos quais 3.542 habitantes residem na Zona Urbana, enquanto 2.328 moram na Zona Rural. O Produto Interno Bruto (PIB) dele gira em torno de R\$ 25.985.000,00, o que proporciona um PIB per capita de R\$ 4.428,00 (IDEMA, 2013).

O município apresenta um clima muito quente e semiárido; a formação da vegetação se dá através da Caatinga Hiperxerófila (vegetação de caráter mais seco, com abundância de cactáceas e plantas de porte mais baixo e espalhado. Entre outras espécies, destacam-se a jurema-preta, o mufumbo, o faveleiro, o mameleiro, o xique-xique e o facheiro), e Floresta Caducifólia (vegetação que apresenta espécies e folhas pequenas e caducas que caem no período seco). O solo possui uma fertilidade alta e o relevo plano ondulado. O solo de José da Penha exige ainda um sistema de manejo que pode variar entre alto, médio e baixo, cujas práticas agrícolas dependem muito de mecanismos simples (como a motomecanização) e da tração animal. Esse solo possui uma aptidão agrícola restrita apenas para cultivos de longa duração e para pastagens naturais, além de ser muito usado na pecuária extensiva (IDEMA, 2013).

Em relação à base econômica, merece destaque a agricultura de subsistência, com

a cultura do feijão, do milho, do arroz e da mandioca, e a pecuária, com a criação de rebanhos bovinos, ovinos e caprinos. Essa economia se fortalece, ainda, com a renda do funcionalismo público municipal e estadual, aposentados e pensionistas e com recursos oriundos de programas do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de acordo com o (IDEMA, 2013).

## 2.2 Procedimentos metodológicos

Para a realização deste trabalho, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que é definida com base em material já elaborado, constituída de livros, artigos científicos e outros do gênero, e nos quais podem ser constatados os nomes de alguns autores que serão pesquisados. São eles: Bellen (2006), Buarque (2008), Mello (2007), Pedroso (2009), Silva (2006), entre outros. Autores esses que trazem uma discussão do enfoque do planejamento aplicado ao processo de desenvolvimento no território, numa perspectiva de sustentabilidade com o foco na agricultura familiar.

Além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas pesquisa de campo, através do DRP, que, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA),

[...] é um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas possibilidades de planejamento e ação. O objetivo principal do DRP é apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2006).

Para o DRP foram utilizadas oficinas de trabalho com os atores e técnicos locais. De acordo com Buarque (2008, p. 55), “as oficinas de trabalho constituem um valioso método de consulta estruturada à sociedade, organizando a construção coletiva na percepção da realidade e definição de prioridade”. Essas oficinas de trabalho têm como finalidade identificar, através da percepção dos técnicos e sujeitos sociais, as potencialidades e as problemáticas na agricultura familiar, e mobilizar as instituições atuantes na zona rural para que se integrem à proposta de estudo, mostrando a importância e a viabilidade de realizar uma pesquisa voltada para a sustentabilidade das famílias do campo, de modo que não fique, apenas, em aspectos produtivos.

O trabalho possui características da pesquisa de intervenção, já que, de acordo

com Flick (2004), ela deve acontecer dentro do contexto pesquisado, contribuindo na solução de problemas, e acontece quando o pesquisado atua como mediador que articula, organiza encontros, sistematiza vozes e saberes produzidos pelos sujeitos da pesquisa, agindo num processo de escuta ativa. Ainda de acordo com o autor, a partir do momento em que o pesquisador entra no contexto onde se dá o estudo, as perguntas e as propostas dele já se constituem numa intervenção.

O DRP foi organizado e sistematizado de acordo com a matriz FOFA (Figura 02). Essa matriz é uma ferramenta de gestão muito utilizada no processo de planejamento estratégico empresarial e que de igual modo é utilizada para o processo de planejamento estratégico territorial, realizando as devidas adaptações metodológicas. De acordo com Buarque (2008, p. 133),

FOFA é um método de organização de problemas e potencialidades e de ameaças e oportunidades que recorre a diagrama que distribui tais componentes em blocos diferenciados, permitindo uma percepção clara dos fatores facilitadores de dificultadores internos e externos.

Ainda nas palavras de Buarque (2008), o método não é exatamente uma técnica de seleção e hierarquização, mas apenas de apresentação estruturada de fatores já identificados e trabalhados anteriormente. Mais importante que a organização dos fatores identificados no município é a hierarquização desse e a priorização das ações que devem promover o DS.

**Figura 02 – Representação Gráfica da Matriz FOFA**

Matriz FOFA		Fatores de Origem Interna	
		Fortalezas ▼	Fraquezas ▼
Fatores de Origem Externa	Oportunidades ►	Potencialidades [++]	Desafios [-+]
	Ameaças ►	Riscos [+-]	Limitações [--]

**Fonte:** Allebrandt *et al* (2009). Adaptação dos autores (2018).

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### 3.1 O despertar de uma consciência ambiental e a evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável

Durante décadas, o padrão de consumo imposto pelo modo de produção capitalista desencadeou o aumento da utilização de recursos naturais, como fonte de crescimento e desenvolvimento de diversos processos produtivos. Tal realidade, porém, tem se apresentado como insustentável, ao ocasionar desequilíbrios ambientais e ampliar a incidência de indicadores que demonstram os efeitos negativos gerados pela utilização de tais recursos.

O desenvolvimento econômico dos países, nos últimos anos, passou a ser visto como insuficiente para garantir a melhoria do padrão de vida de toda humanidade. Assim sendo, um novo padrão deveria surgir para, também, “eliminar as desigualdades sociais e garantir a satisfação das necessidades básicas pela participação ativas de melhorias dos indivíduos” (TAVARES, 2009, p. 33). Além do mais, “a utilização dos recursos naturais deve incorporar massas crescentes de conhecimento e informação contidas nas tecnologias e nos processos, principalmente, como forma de assegurar a sua qualidade e sustentabilidade” (BUARQUE, 2008, p.21).

É evidente que o aumento do consumo impulsionou significativamente a aceleração e o aumento da degradação ambiental, concomitantemente ao crescimento tanto das economias desenvolvidas quanto das economias dos países emergentes, que têm se intensificado principalmente a partir da utilização crescente de recursos naturais fósseis e não-renováveis. De forma geral, os impactos ambientais decorrentes do crescimento desenfreado da produção e do consumo têm sido negativos para grande parte dos recursos naturais, haja vista o efeito multiplicador que a gestão ineficiente desses recursos exerce sobre o meio ambiente.

A ideia de Desenvolvimento Sustentável surgiu com o conceito de ecodesenvolvimento proposto por Maurice F. Strong em 1973. Ele tornou-se conhecido, na literatura especializada, após ter sido usado pelo documento de Estratégia Mundial para a Conservação (EMC), publicado em 1980 pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, de acordo com Mendes (1997).

Para guiar os caminhos do DS, faz-se necessária a formulação de princípios

básicos. Para Sachs (2004), esses princípios são aspectos que devem guiar os caminhos a partir de: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação.

Conforme Veiga (2008), o modelo de crescimento econômico do Brasil é fruto do processo histórico. Desde a colonização, têm nos recursos naturais, suas maiores riquezas, representando papel significativo no modelo de crescimento econômico, tanto interno, como externo e que, a partir de 1950, encontrava-se em acelerado processo de industrialização e crescente urbanização de grandes centros urbanos. Portanto, naquele momento, segundo o Estado, o modelo ambientalmente sustentável seria prejudicial à economia do país, ficando, assim, a preocupação ambiental em segundo plano.

Contrário a esse pensamento, encontrava-se a corrente dos pessimistas, no qual alguns eram Neo-malthusianos. Para esses, o crescimento populacional e econômico, aliados ao crescimento do consumo, provocariam a exaustão dos recursos naturais e, por fim, a existência humana. Entre essas duas vertentes, tornou-se perceptível que era necessário prosseguir o crescimento econômico, mas não de forma predatória do meio ambiente, e sim, por meios de conservação ambiental e buscando-se desenvolver com igualdade social e qualidade de vida, como assinala Veiga (2005).

O conceito de DS é baseado em três vertentes principais: o crescimento econômico, a igualdade social e o equilíbrio ecológico. Segundo Mendes (1997, p. 26):

Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele capaz de proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população humana, sem destruir a natureza, sem concentrar exageradamente a riqueza, dando oportunidades iguais para todos, e que seja planejado democraticamente, com a participação efetiva da sociedade.

O respectivo conceito, de acordo com Binswanger (1999), deve ser encarado como uma forma alternativa do conceito de crescimento econômico. Considerando a natureza um fator indispensável para as economias modernas e as gerações presentes e futuras, o DS representa qualificar o crescimento e unir o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, porém, pode servir como freio para a degradação da natureza.

Nas palavras de Almeida (2002),

[...] essa 'nova' ideia introduz elementos econômicos, sociais e ambientais que são desafiadores do ponto de vista de muitas áreas do conhecimento.

A noção de sustentabilidade, tomada do ponto de partida para uma reinterpretação dos processos sociais e econômicos e de suas relações com o equilíbrio dos ecossistemas, parece enriquecedora, demandando a construção de um aparato conceitual capaz de dar conta de seus múltiplos aspectos. Essa ideia de um 'novo desenvolvimento' pode remeter à sociedade a capacidade de produzir o novo, redimensionando suas relações com a natureza e com os indivíduos (ALMEIDA, 2002, p. 26).

O termo DS, para Buarque (2008), não surge do nada. Ele tem fundamentação socioeconômica e política e decorre de inúmeros antecedentes técnicos e conceituais que preparam o mundo das ideias para uma nova concepção. O DS se propagou como uma proposta de desenvolvimento diferente e também uma alternativa viável e não mais utópica.

Assim, o debate acerca do conceito de DS cresce entre os estudiosos e os organismos internacionais. Portanto, ao abordar o debate que envolve a evolução do conceito de DS é necessário também entender o conceito de sustentabilidade e suas múltiplas dimensões.

### **3.2 Agricultura familiar no contexto da sustentabilidade**

Muitas são as definições em torno do entendimento sobre agricultura familiar, mas antes de citar alguns autores que colaboram com o entendimento, é importante mostrar que existe uma diversidade de grupos que ocupam ou desenvolvem atividades no espaço rural, podendo ser erroneamente considerados como agricultores familiares. No que se refere a essa questão, Lages (2001, p. 49) afirma que:

Em certas áreas predomina o conflito fundiário, em outras a agricultura familiar considerada marginal ou sub-familiar, extremamente empobrecida. Em outras encontramos os novos "com-terra" em assentamentos rurais, mais ainda sem perspectivas concretas de emancipação, ou ainda neorurais, profissionais liberais ou empresários que adquirem glebas rurais para o desenvolvimento de atividades produtivas ou mesmo como residência secundária ou chácaras de lazer.

Contudo, Wanderley (2009, p. 156) entende a agricultura familiar "como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Considera a agricultura camponesa tradicional como uma das formas sociais derivadas daquelas, uma vez que se fundamenta na relação propriedade, trabalho e família. Para essa autora, a autonomia econômica das sociedades camponesas se expressa pela capacidade que esse grupo tem de prover a subsistência do grupo familiar.

A Lei nº 11.326 de 2006, através do seu Artigo 3º, define como agricultor familiar aquele que:

Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Mello (2007) afirma que a ideia de uma “agricultura familiar sustentável” revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna. Ele indica o desejo social de sistemas produtivos, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. E isso seria o resultado de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde.

De acordo com Assad e Almeida (2004), a sustentabilidade da agricultura, defendida e almejada por diferentes setores produtivos e por diferentes segmentos sociais, ainda se apresenta utópica. As alternativas de manejo agrícola sustentável, que permitem a minimização de danos ambientais, esbarram muitas vezes em interesses econômicos distintos. Além disso, mesmo quando se observa uma melhora na relação agricultura e ambiente, por meio de tecnologias consideradas menos agressivas, essa nem sempre está associada a uma sustentabilidade social.

A estrutura de produção denominada de agricultura familiar é um sistema complexo em que o processo de decisão é definido por múltiplos objetivos: técnicos, econômicos e sociais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) define a agricultura familiar como “[...] uma forma de produção, onde predomina a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos agricultores familiares, com ênfase na diversificação e utiliza o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado” (PRONAF, 2002).

Segundo Gastal (2008), são várias as características que diferenciam a agricultura familiar, como: a existência de forte ligação da disponibilidade de mão de obra com a dinâmica familiar; a integração entre o capital de exploração e o patrimônio familiar. Do mesmo jeito que, o objetivo principal não é a remuneração obrigatória dos fatores de produção, mas a conservação desses fatores que produz ação, a posse frequente de múltiplas atividades e a busca da otimização de funções complexas.

Pedroso (2009) afirma que um dos caminhos para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil é a ampliação, a viabilização e o fortalecimento da agricultura familiar, bem como a promoção de uma tecnologia ecológica que conserve os recursos naturais. Ainda de acordo com Pedroso (2009), a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural deve combinar ações voltadas para mudar as políticas dos Governos Federal e Estadual e, ao mesmo tempo, incentivar iniciativas locais que promovam novos processos de desenvolvimento ao nível dos municípios.

Portanto, é importante deixar claro que o DS não deve apenas ser propulsado pelo Estado, mas é importante que seja atuado pela dimensão local. Dessa forma, a sociedade necessita de uma maior qualificação da sua organização e da sua participação nos debates sobre os rumos do desenvolvimento do país, com o fortalecimento dos diversos movimentos e entidades que organizam os agricultores, ampliando as capacidades desses de elaborar políticas e imprimir novos processos de desenvolvimento.

De acordo com Buarque (2008), a agenda 21 faz inferir que o desafio para a implantação de programas, que busquem contemplar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, é a motivação e as atitudes que devem estar focalizadas em políticas governamentais, que lhes proporcionem o gerenciamento dos recursos naturais de forma eficiente e sustentável.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) com os sujeitos sociais do município de José da Penha/RN**

De acordo com Souza (2009), no processo de redemocratização do país, na década de 1980, o termo participação passou a ser utilizado como palavra-chave, principalmente no que se refere à legitimidade das ações realizadas por organizações e instituições públicas e sociais. Para Buarque (2008), o conceito de participação, no âmbito dos processos de diagnósticos e planejamentos participativos, pressupõe divisão de poder no processo decisório, passando pelo controle das partes sobre a execução e a avaliação dos resultados pretendidos, ou seja, participar, nesse caso, é tomar parte das decisões e ter parte dos resultados.

Dessa forma, com a participação popular na construção de políticas públicas, inicia-se com a utilização de metodologias participativas visando diagnosticar e/ou planejar as

novas propostas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Dentre essas metodologias, destaca-se o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), o pode ser considerado um instrumento para o planejamento participativo de bastante significância para o desenvolvimento rural das comunidades do Semiárido brasileiro, e de grande relevância para gestores, organizações, técnicos, agricultores e demais estudiosos (BUARQUE, 2008).

O DRP no município de José da Penha/RN foi realizado em maio de 2018, e contou com a participação de representantes das associações comunitárias, Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (SINTRAF), da Empresa de Assistência Técnica (EMATER) e do Poder Público Local (através de representantes das secretarias de Educação; Saúde; Ação Social; Agricultura e Meio Ambiente; Cultura e Turismo; Infraestrutura e Urbanismo), com um total de 22 participantes.

Realizamos o DRP através de oficinas de trabalho com os sujeitos sociais (Figura 03). Segundo Buarque (2008), essas oficinas têm como finalidade identificar através da percepção dos sujeitos sociais, as potencialidades e as problemáticas, no caso em pesquisa, da agricultura familiar, e assim possam pensar em propostas para tais problemas, buscando soluções.

**Figura 03** – Oficinas de trabalho com os sujeitos sociais de José da Penha/RN



**Fonte:** Acervo do autor, 2018.

Inicialmente, o pesquisador apresentou a proposta metodológica, mostrando a importância e a viabilidade de realizar uma pesquisa voltada para a sustentabilidade das famílias do campo, dando ênfase aos três eixos principais: social, econômico e ambiental. Foram divididos os participantes em três grupos de trabalhos, para que cada um

identificasse as principais potencialidades e problemáticas na agricultura familiar das comunidades rurais e, logo posteriormente, apresentassem os resultados. As problemáticas foram discutidas e, em seguida, foram apresentando possíveis soluções.

Os sujeitos sociais detectaram as principais potencialidades e problemáticas nas comunidades rurais, segundo as dimensões sociais, econômicas e ambientais. E em seguida apresentaram sugestões para as possíveis soluções dos problemas.

#### **4.1.1 Considerações quanto aos aspectos sociais**

Os aspectos sociais estão diretamente relacionados com a maneira da sociedade se relacionar com o meio, garantindo sua continuidade e a do seu ambiente. Por isso, que a participação da sociedade é essencial para as etapas de planejamento, para que juntos possam programar as mudanças capazes de moldar a realidade futura (BUARQUE, 2008). Pudemos observar através das oficinas a interação e a negociação de saberes e interesses que os sujeitos sociais foram construindo numa visão coletiva da realidade local e do seu contexto, convergindo para a definição do futuro desejado e das ações necessárias a sua construção.

Na ótica da dimensão social, os sujeitos destacaram como principais potencialidades a valorização dos artistas locais, onde se encontra uma rica variedade de: artesanatos de pintura e linha; professores qualificados em várias áreas de ensino; e espaços para esportes de campo e futsal. Além de postos de saúde em três comunidades rurais, com tratamento odontológico.

Entre as principais problemáticas detectados no município, foram enfatizadas: a ausência de espaços e ações voltadas para idosos, jovens e crianças e de especialistas em programas de proteção ao idoso; gravidez na adolescência e desagregação familiar; inexistência de uma farmácia e de um programa de “saúde preventiva”. Para solucionar essas problemáticas foram sugeridas pelos atores sociais:

- Construir espaços físicos para atividades de lazer e esporte, para crianças, jovens e idosos; realizar eventos que incentivem a prática de atividades desportivas e culturais e que possibilitem a participação de todos; implantar um clube do idoso, no município, com acompanhamento de profissionais que façam cumprir o Estatuto do Idoso; e a contratação de especialistas para os idosos;

- Conscientizar as famílias com os filhos adolescentes, com acompanhamento de psicólogos e incentivos na discussão dos temas sobre gravidez na adolescência, desagregação familiar, alcoolismo e outras drogas;
- Implantar farmácias alternativas com profissionais qualificados; e realizar campanhas educativas, enfocando os principais problemas de saúde no município, com evidência na prevenção.

#### **4.1.2 Considerações quanto aos aspectos econômicos**

O estado econômico do município é a caracterização da situação presente do quadro econômico e dos padrões de produção e consumo, como enfatiza Buarque (2008). As informações podem contribuir para o processo de planejamento estratégico do município de José da Penha e cooperar para a tomada de decisão sobre as formas mais adequadas e controladas de crescimento.

Entre as potencialidades, segundo os sujeitos sociais, a pecuária é caracterizada como a maior fortaleza dos agricultores familiares nas comunidades rurais. A feira livre semanal tem ganhado um grande destaque, bem como a pluriatividade e o acesso as linhas de crédito, como o PRONAF. Para a comercialização dos produtos, os produtores são incentivados a levarem as mercadorias para serem vendidas na sede do município, e com isso eles aumentam razoavelmente a própria renda.

De acordo com os sujeitos sociais, as principais problemáticas segundo a dimensão econômica são: desemprego e falta de ocupação e renda; má qualidade do rebanho e transporte inadequado de animais após abate; e sementes inadequadas para a região. A partir das discussões dos grupos, laçaram-se propostas de soluções para as problemáticas existentes:

- Incentivar a agricultura com a revitalização da cultura do algodão e implantação de novas culturas; direcionar projetos para animais de pequeno porte; construir um centro para atividades diversas; implantar unidade de beneficiamento da produção; e criar uma cooperativa agrícola, visando ao fortalecimento agrícola familiar;
- Promover assistência veterinária na pecuária; melhoramento do rebanho, como: inseminação artificial, implementação de embrião, melhoramento de reprodutores e melhoramento de matrizes leiteiras; implementar escolas agrotécnicas para filhos de agricultores da região; adquirir transporte e fiscalização adequada no abate animal; e contratar um veterinário para abatedouro;

- Implantar um programa para a juventude, que incentive a recuperação de sementes regionais; implantar banco de sementes para cada região, com recursos de união e órgãos particulares; e realizar análise do solo, com estudo de viabilidade da zona rural do município.

#### **4.1.3 Considerações quanto aos aspectos ambientais**

Após a caracterização das informações dos aspectos socioeconômicos do município, é necessária a contemplação dos aspectos ambientais. A dimensão ambiental é uma das principais preocupações dos sujeitos sociais, a qual está relacionada também aos impactos das ações humanas sobre o meio ambiente.

Dentre as potencialidades na dimensão ambiental, foram destacadas apenas três: água armazenada em vários açudes do município; clima e sol; solos férteis; e cisternas de placas e calçadão.

Na dimensão ambiental, as principais problemáticas detectadas foram: má qualidade da água; ausência de educação ambiental; e lixo colocado a céu aberto e/ou jogado perto de moradias. As soluções propostas pelos atores sociais são:

- Implantar um programa ambiental de acompanhamento permanente, através de exames de qualidade da água na zona rural;
- Implantar um programa permanente de educação ambiental em todos os níveis educacionais das comunidades rurais;
- Implantar um aterro sanitário intermunicipal; implantar processo de coleta seletiva nas comunidades rurais e coleta em transporte, com destinação final adequada.

#### **4.2 Modelo socioeconômico e ambiental de Fortaleza-Oportunidade-Fraqueza-Ameaça (FOFA) para o planejamento estratégico das comunidades rurais de José da Penha/RN**

- Esse modelo tem como embasamento os resultados obtidos através das oficinas de trabalho com os sujeitos sociais. O modelo FOFA tenta resumir as principais potencialidades e problemáticas das comunidades rurais do município de José da Penha, a fim de que possa ser estabelecido um modelo que auxilie no processo de planejamento estratégico.

**MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA – RN**  
**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO 2018**  
 Método FOFA - Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameças

<b>ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E PROBLEMÁTICAS DAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN</b>					
<b>FATORES INTERNOS</b>			<b>FATORES EXTERNOS</b>		
<b>C E N Á R I O  O T I M I S T A</b>	<b>P O N T O S  P E G S T I M I S S T A</b>	<b>FORTALEZAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>P O N T O S  P O S T I V O S</b>	<b>C E N Á R I O  O T I M I S T A</b>
		<p><b>1. Econômicos</b>                      A – Pecuária;                      B – Mão de obra disponível;                      C – Renda dos aposentados;                      D – Acesso a linha de crédito (PRONAF).</p> <p><b>2. Social</b>                      A – Professores qualificados em várias áreas de ensino;                      B – Esportes de campo e futsal;                      C - Postos de saúde.</p> <p><b>3. Ambiental</b>                      A – Solos férteis;                      B – Clima e sol.</p> <p style="text-align: center;"><b>USE - AS!</b></p>	<p><b>1. Econômicos</b>                      A – Hortigranjeiros e fruticultura irrigada;                      B – Cajucultura e mandioca e cultiva da mamona;                      C – Feira livre semanal;                      D – Festas comemorativas, eventos e festas religiosas.</p> <p><b>2. Social</b>                      A – Artesanato de pintura e linha;</p> <p><b>3. Ambiental</b>                      A – água armazenada em vários açudes do município;                      B – Cisternas de placa e calçadão.</p> <p style="text-align: center;"><b>TIRE VANTAGENS!</b></p>		
<b>C E N Á R I O  P E G S T I M I S S T A</b>	<b>P O N T O S  N E G S T I M I S S T A</b>	<b>FRAQUEZAS</b>	<b>AMEAÇAS</b>	<b>P O N T O S  N E G S T I M I S S T A</b>	<b>C E N Á R I O  O T I M I S T A</b>
		<p><b>1. Econômicos</b>                      A - inexistência de abastecimento de água para algumas comunidades rurais;                      B – insuficiência de mecanização para pequenas propriedades;                      C – sementes inadequadas para a região.</p> <p><b>2. Social</b>                      A – ausência de espaços e ações voltadas para idosos, jovens e crianças e de especialistas em programas de proteção ao idoso.                      B – inexistência de uma farmácia e de um programa de saúde preventiva;</p> <p><b>3. Ambiental</b>                      A - má qualidade da água;</p>	<p><b>1. Econômicos</b>                      A – desemprego e falta de ocupação e renda;                      B – estradas vicinais para algumas comunidades encontram-se precárias;                      C – má qualidade do rebanho e transporte inadequado de animais após abate;</p> <p><b>2. Social</b>                      A - Gravidez na adolescência e desagregação familiar;</p> <p><b>3. Ambiental</b>                      A – utilização indiscriminada de agrotóxicos;                      B – lixo colocado a céu aberto e jogado perto de moradias;</p>		

		B – Ausência de educação ambiental; C – ausência de coleta seletiva e transporte inadequado para o lixo.  <b>ELIMINE – AS!</b>	C – animais mortos depositados próximos das moradias e caça predatória.  <b>EVITE – AS!</b>		
--	--	---	---	--	--

Fonte: Modelo Original em Allebrandt *et al* (2009).

Adaptação do autor: a partir das oficinas de trabalho com sujeitos sociais (2018).

A estrutura básica desse modelo pode ser considerada como instrumento essencial no processo de planejamento estratégico para o município, onde estão agrupados segundo as dimensões econômica, social e ambiental, de acordo com os fatores internos e externos. Os fatores internos representam as fortalezas e as fraquezas em que se encontram o atual quadro das comunidades rurais do município, onde as informações poderão servir de referência para o controle municipal. Já os fatores externos representam as oportunidades e as ameaças, onde são decorrentes do ambiente em que se encontram as comunidades rurais do município de José da Penha, podem ser modificadas com o objetivo de solucionar ou amenizar os problemas.

A junção de todos os fatores (internos e externos) facilita a compreensão sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais das comunidades rurais de José da Penha, tornando-se um importante instrumento no processo de planejamento estratégico e participativo do município.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se constituiu em um estudo sobre o planejamento estratégico na agricultura familiar. Nosso objetivo foi investigar as forças potencializadoras e as diferentes problemáticas que interferem no processo de desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades rurais de José da Penha/RN.

O aporte teórico trabalhado nos possibilitou uma reflexão sobre a evolução histórica e conceitual sobre o DS, além da abordagem do conceito de agricultura familiar no contexto da sustentabilidade.

A pesquisa de campo, realizada inicialmente com o DRP, através das oficinas de trabalhos com sujeitos sociais, nos possibilitou traçar um panorama sobre as potencialidades e as diferentes problemáticas das comunidades rurais do município de José da Penha/RN. Os dados das oficinas de trabalho foram organizados e sistematizados

através do modelo FOFA.

O modelo FOFA ajudou a mostrar as diferentes potencialidades nas dimensões econômicas, sociais e ambientais. Segundo os sujeitos sociais, em relação à dimensão econômica: pecuária, acesso à linha de crédito (PRONAF) e feira livre semanal. No aspecto social, o município apresenta aptidão para o artesanato de pintura e linha, esporte, professores qualificados em várias áreas de estudo e posto de saúde. No aspecto ambiental, o município possui água armazenada em vários açudes, cisternas etc., além de contar com solos férteis, aliado ao clima semiárido, que favorece potencialmente a prática agrícola alternativa, como o criatório de caprinos e ovinos com manejo da caatinga, por exemplo. Todavia, persiste ainda, como em boa parte da agricultura nordestina, o investimento no criatório de gado bovino, menos resistente às intempéries das longas estiagens.

As problemáticas detectadas pelos sujeitos sociais na dimensão econômica do município foram as seguintes: inexistência de abastecimento de água para comunidades locais, desemprego e falta de ocupação e renda, insuficiência de mecanização para pequenas propriedades e sementes inadequadas para a região. Na dimensão social foram arroladas: inexistência e/ou insuficiência de espaços e ações voltadas para o idoso, jovens e crianças; e inexistência de uma farmácia e de um programa de saúde preventiva. Na dimensão ambiental, o município apresenta má qualidade da água, lixo coletado a céu aberto, sem coleta seletiva e com transporte e tratamento inadequado dos resíduos sólidos; ausência de educação ambiental, que redundava na utilização indiscriminada de agrotóxicos, desmatamento em diversas áreas da localidade, animais mortos depositados próximo das moradias e caça predatória.

Os desafios da agricultura familiar do município de José da Penha/RN, para o alcance do DS, são de responsabilidade coletiva, pois envolvem ações e práticas que vão além das disponibilidades daqueles agricultores familiares. Constatamos que pensar o DS de uma determinada comunidade ou região não é tarefa fácil, mas é possível. O presente estudo mostrou que são muitos os desafios a serem superados para que a agricultura familiar no município de José da Penha/RN vivencie o desenvolvimento sustentável. Concluímos enfatizando a importância da realização deste trabalho no que se remeta à reflexão sobre o planejamento estratégico para a agricultura familiar, na perspectiva da sustentabilidade. Nessa óptica, destacamos que as discussões ora apresentadas abrem espaço para novos olhares e aprofundamentos por parte de pesquisadores que tenham interesse nessa problemática.

## REFERÊNCIAS

- ALLEBRANDT, S. L. *et al.* **Planejamento estratégico local**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2009. Disponível em <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/194/Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%20Local.pdf?sequence=1>>. Acesso em 17 ago. 2018.
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In BECKER, Dinizar Fermiano (org). **Desenvolvimento Sustentável: necessidades e/ou possibilidades?** 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. Cap. 1, p. 21-29.
- ASSAD, M. L. L; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade – Contexto, desafios e cenários. **Ciência e Ambiente**, n. 29, 2004.
- BELLEN, H. M.V. **Indicadores de sustentabilidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. P.256 p.
- BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTE, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. Cap. 2, p. 29-40.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintgra:jrsseesionid=5015B99FF74865A2F3CC953B71288.node?Codteor=83754&Fileame=LegislacaoCitada+PL+54/2011](http://camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintgra:jrsseesionid=5015B99FF74865A2F3CC953B71288.node?Codteor=83754&Fileame=LegislacaoCitada+PL+54/2011)>. Acesso em 11 agosto 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF/PRONAF. **Crédito rural do PRONAF**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em 03 agosto 2018.
- FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. Tad. Sandra Netz. 2 ed. Porta Alegre. Bookman, 2004.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- GASTAL, M. L. **A representação social do desenvolvimento rural sustentável construída por assentados: o caso do projeto Unaí**. 232f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- IBGE. **Canais cidades@**: Rio Grande do Norte, José da Penha. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm1>>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte: **Anuário Estatístico, 2013**: Disponível em: <[http://www.idema.rn.gov/contentproducao/idema/socio\\_economica/arquivos/anuario%2013pdf](http://www.idema.rn.gov/contentproducao/idema/socio_economica/arquivos/anuario%2013pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_: **Perfil do seu município – José da Penha**. Disponível em:  
<[http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio\\_economicos/arquivos/Perfil%202008/Jose%20da%20Penha.pdf](http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/arquivos/Perfil%202008/Jose%20da%20Penha.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

LAGES, V. N. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: superando obstáculos. In: GUEDES, V. G. F.; TAVARES, E. D. (Org). **Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. Cap 4, p. 42-56.

MELLO, R. L. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**, 2007. Disponível em: < <http://agro.unitau.br:8080/dspace/handle/2315/137> >. Acesso em: 02 ago. 2017.

MENDES, B. V. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável do semiárido**. Fortaleza: SEMACE, 1997.

PEDROSO, M. T. C. **Agricultura Familiar Sustentável**: Conceitos, experiência e lições. 111f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PRONAF. **Consórcios Intermunicipais**. Desenvolvido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002. Disponível em <[www.pronaf.gov.br/infra\\_estrutura/consorcio.htm](http://www.pronaf.gov.br/infra_estrutura/consorcio.htm)> Acesso em 17 mar. 2018.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnósticos e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural participativo (DRP). In: **Em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 – 47, jan./jul. 2009. Disponível em <[www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/download/.../10850](http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/download/.../10850)>. Acesso em: 11 mar. 2018.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – UNB, Brasília, 2006. 298 p.

TAVARES, E. D. **Da agricultura moderna à agroecológica**: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; EMBRAPA, 2009, 246 p.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável**: O desafio do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2009.

\*\*\*